

O milagre da multiplicação dos feminismos¹

The miracle of the multiplication of feminisms

El milagro de la multiplicación de los feminismos

Márcia Ondina Vieira Ferreira – Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

RESUMO

Resenha de livro contendo textos selecionados para a compreensão do feminismo enquanto campo de conhecimento.

Palavras-chave: feminismos; gênero; sexualidades.

ABSTRACT

Book's review containing selected texts for understanding feminism as a field of knowledge.

Keywords: feminism; gender; sexualities.

RESUMEN

Reseña de libro conteniendo textos seleccionados para la comprensión del feminismo como campo de conocimiento.

Palabras-clave: feminismo; género, sexualidades.

Numa época em que autoridades governamentais usam o argumento da feiura da esposa de um mandatário estrangeiro em sua discussão de política externa; em que outra autoridade manda retirar de uma bienal internacional do livro um HQ da Marvel com ilustração de um beijo gay, sob a escusa de ser uma imagem pornográfica; enfim, num momento, também, em que se propagam em progressão geométrica os feminicídios e seus coirmãos assassinatos por conta da expressão de diferentes identidades sexuais; surpreende o quanto vêm sendo publicados livros

¹ Trabalho produzido com financiamento do CNPq, sob forma de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

sobre feminismo e gênero. Felizmente, neste caso, faz-se valer a Terceira Lei de Newton.

Uma dessas obras é “Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais”, de Heloísa Buarque de Hollanda, intelectual que em sua trajetória se esmerou em oferecer-nos sistematizações de produções sobre o feminismo, dos quais são também exemplos o recente livro “Explosão Feminista” (2018) e o mais antigo “Tendências e Impasses: o Feminismo como Crítica da Cultura (1994). Nesse último, aliás, estão presentes versões de três textos atualizados em “Pensamento Feminista”: os de Spivak, Lauretis e Haraway.

“Pensamento Feminista” está composto por três partes, precedidas por uma sistemática introdução da organizadora. A primeira parte (“Gênero como método”) reúne textos já clássicos, elaborados desde os anos 1980, principalmente por teóricas estadunidenses, que colaboraram para construir o arcabouço do pensamento feminista acadêmico no Brasil.

Inicia esta parte “Feminismo, capitalismo e a astúcia da história”, texto de Nancy Fraser, publicado primeiramente em 2009, centrado no exame da segunda onda do feminismo, compreendida “como fenômeno social que marcou uma época” (p. 25). O referente para a análise, como explica o título, é a história recente do capitalismo, dividida em três momentos: o pós-guerra, o neoliberalismo ascendente e o momento mais recente de crise. Já o mote para a análise é uma perspectiva de interpretação da segunda onda conforme a qual nesse período teriam havido avanços culturais, mas insuficiências quanto a modificações institucionais. O texto tenta discutir essa interpretação com base na teoria tridimensional da justiça, observando quando e por quais “astúcias da história” a redistribuição (dimensão econômica), o reconhecimento (dimensão cultural) e a representação (dimensão política) vêm a separar-se entre si e da crítica ao capitalismo.

Lhe segue texto amplamente conhecido do público brasileiro que discute gênero, especialmente na área de educação. Trata-se de “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Joan Scott o publicou por primeira vez em 1986, e nele traça a constituição de um campo de estudos que nasce com a pretensão de fazer avançar as análises existentes sobre a condição da mulher na direção de uma perspectiva relacional, na qual homens e mulheres seriam “definidos em termos recíprocos” (p. 50). Isso implicaria em mudança de paradigma científico. Após criticar a contribuição de várias correntes e autoras voltadas a explicar os motivos para as desigualdades de gênero, Scott apresenta seu conhecido conceito, apoiado em duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 67).

Absolutamente pertinente para entendermos a recente imposição compulsória da heterossexualidade que acompanha o neoconservadorismo em

nosso país é o manifesto de Mónica Wittig, “Não se nasce mulher”. Ela investe contra a ideia de que as mulheres compõem um grupo natural, destacando o caráter político por trás do viés biológico que permite a opressão das mulheres pelos homens. Se é assim, outros mitos como o do matriarcado teriam de ser derrubados, mesmo que defendidos por feministas e feministas lésbicas, pois têm como pressuposto “que o começo da sociedade está na heterossexualidade” (p. 84). Decorre disso sua crítica à concepção do feminismo que se sustenta no “princípio ilógico de ‘igualdade na diferença’” (p. 88), coberto pela ideia de natureza. Por isso seria preciso “matar o mito ‘mulher’” (idem) e constituir definições para a humanidade fora das categorias (de sexo) homem e mulher. Sobre isso, afirma: “Lésbica é o único conceito que eu conheço que está fora das categorias de sexo (...), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente” (p. 91).

Já Sandra Harding – em “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista” – analisa o estatuto da ciência. A suposta neutralidade científica obliteraria um conhecimento mais radical por eleger temáticas merecedoras de análise, desconsiderar particularidades presentes em fenômenos descartados como não importantes e impor uma separação entre sujeito e objeto de pesquisa. Não obstante, se inicialmente a teoria feminista pretendeu trazer à luz as mulheres em “diferentes tradições intelectuais” (p. 95), tornou-se perceptível que simplesmente acrescentar as mulheres a tais tradições era insuficiente e poderia levar a distorções. No transcorrer de seu artigo a autora oferece pistas para que se pense as perspectivas e as dificuldades na construção de teorias feministas que não sejam metanarrativas – ela não usa o termo –, ou seja, que se aceite a instabilidade como motor da produção do conhecimento.

Em “A tecnologia de gênero” – um dos textos mais complexos do volume – a teórica de cinema Teresa de Lauretis debruça-se sobre o conceito de diferença sexual, partindo da constatação do caráter limitador que esse terminou por adquirir. Uma primeira limitação resulta do aprisionamento do pensamento feminista num “arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo” (p. 122), isto é, sem percepção das diferenças nas mulheres. Pela segunda limitação o “potencial epistemológico radical” do pensamento feminista (e ela o define) fica confinado nos “limites da casa patriarcal” (idem). Para superar essas limitações ela parte da sexualidade em uma visão foucaultiana, como uma “tecnologia sexual”. Contudo, a autora indica as limitações do uso de Foucault nas análises feministas, bem como de vários outros autores, de Althusser a Deleuze, Lyotard e Derrida. Oferecendo apenas uma pista do conteúdo de seu trabalho, pode-se elencar que (conforme síntese da p. 124): (1) gênero é uma representação; (2) a representação de gênero é sua construção, sendo a arte e a cultura erudita ocidental um registro da mesma; (3) a construção de gênero continua a ocorrer nos aparelhos ideológicos de Estado e em

outros espaços no campo intelectual e artístico e no próprio feminismo; (4) “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa”.

As 73 páginas de “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, de Donna Haraway, servem para desenvolver o propósito que aparece em sua primeira linha: concretizar “um esforço para construir um mito político, pleno de ironia, que seja fiel ao feminismo, ao socialismo e ao materialismo” (p. 157). O termo ciborgue, utilizado na condição de adjetivo (como nos explica o tradutor), tem a função de corporificar a “blasfêmia”: trata-se de ridicularizar alguns mitos que envolvem a separação dicotômica entre natureza e cultura, com suas consequências para a reconceptualização do tema do gênero e para o desenvolvimento do feminismo e algumas de suas vertentes. Discute o feminismo socialista e o radical e, nesse processo, oferece uma interessante leitura do trabalho feminino na “nova Revolução Industrial”, quando a distinção entre o público e o privado se torna insuficiente. “Prefiro a imagem de uma rede ideológica – o que sugere uma profusão de espaços e identidades e a permeabilidade das fronteiras no corpo pessoal e no corpo político” (p. 186).

Judith Butler (em “Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”) finaliza a primeira parte da obra e, sustentando-se na fenomenologia – com ênfase em Merleau-Ponty –, afirma que “um gênero não é de forma alguma uma identidade estável (...), mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – (...) por meio de uma *repetição estilizada de certos atos*” (p. 213-214). Ora, se não há essa identidade estável e sim essa repetição de atos, pode haver subversão e as compreensões sobre gênero podem ser construídas de formas diversas, hipótese que conduz a reflexão no sentido de “mostrar de que maneira aquilo que é entendido como identidade de gênero é uma performance apoiada em sanções sociais e tabus” (p. 214).

Em “Primeiras Interpelações”, segunda parte do volume, sete textos se propõem a discutir a conceptualização construída pelos primeiros textos trazidos, buscando inserir o debate da especificidade e a teoria interseccional, conceituada pela organizadora em sua Introdução: “estudo de como a sobreposição ou a intersecção de identidades sociais, particularmente das identidades minoritárias, são diretamente relacionadas aos sistemas e estruturas da dominação e da discriminação” (HOLLANDA, 2019, p. 15). Compõem o grupo de autoras mulheres radicadas nos Estados Unidos, Índia e Brasil.

O primeiro texto de Audre Lorde fez-me lembrar imediatamente de Brecht e do Brasil atual, marcado pela perseguição às “minorias”. “Não existe hierarquia de opressão”, diz ela, desde o próprio título; “quando as [forças discriminatórias] aparecerem para me derrubar, não irá demorar a que apareçam para derrubar você”

(p. 236). E no texto “Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença”, ela nos convida, didaticamente, a perceber que as diferenças não se apresentam como uma “oposição simplista”. São variadas, e aqueles e aquelas marcados por diferenças em relação ao grupo considerado norma possuem, também, diferenças entre si. “Não temos modelos para conviver com nossas diferenças como iguais” (p. 240). O resultado é uma dificuldade para perceber a articulação entre diferenças agindo como elemento provocador de maior desigualdade. Assim, mulheres brancas não percebem que podem atuar em favor do patriarcado contra mulheres negras, que por sua vez podem não perceber a diferença entre heterossexuais e lésbicas. O mesmo pode acontecer quanto a diferenças de classe e idade, etc. Ela conclui, esperançosamente, que “o futuro de nossa terra talvez dependa da capacidade de todas as mulheres em identificar e desenvolver (...) novos modelos de convivência com a diferença” (p. 247), buscando, como indicou Paulo Freire, “o opressor que está plantado no fundo de cada um de nós” (p. 248).

Em “Quem reivindica alteridade?” Gayatri Spivak problematiza, desde sua condição de indiana pós-colonial, “como as narrativas históricas são construídas” (p. 251). Esse problema permite vislumbrar uma categoria bastante conhecida hoje em dia, o “lugar de fala”; aliás, segundo a organizadora da coletânea, Spivak é uma das teóricas a quem podemos atribuir a origem da categoria (em “Pode o subalterno falar?”). Ela busca deixar claras as diferenças entre os/as pós-coloniais privilegiados/as (transformados/as, na descolonização, em burguesia nacional) e a mulher subalterna “singular e solitária” (p. 255). Por meio da interpretação de uma obra de Mahasweta Devi a autora tenta demonstrar “que o neocolonialismo é uma repetição deslocada de muitas das velhas linhas traçadas pelo colonialismo” (p. 256).

“Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição”, de Patricia Hill Collins, é outro desses textos que, de tão melódicos, nos embalam, e não apenas por ser ilustrado por *blues*. Ela fala de resistência e empoderamento, defendendo que por detrás do enfrentamento às condições opressoras desenvolvido por uma mulher negra certamente deve existir uma consciência coletiva. Nesse sentido, aborda os desafios colocados ao pensamento feminista negro: “encontrar uma voz para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido” (p. 274). É preciso buscar locais seguros para que isso aconteça, e há ao menos três desses: o relacionamento das mulheres negras entre si, o *blues* e a escrita. Nesses espaços, a jornada das mulheres negras desenvolve-se para adquirir alternativas às representações dominantes, ou seja, criar autodefinições e perceber a interseccionalidade das opressões que sofrem. Em síntese, há quatro ideias sobre a consciência encontradas na análise que Collins faz das mulheres que leu e ouviu: “a importância da autodefinição, o significado da autovalorização e do respeito, a necessidade de autoconfiança e independência e a centralidade de um eu transformado para o empoderamento pessoal” (p. 302).

Sueli Carneiro, em “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, prossegue na linha de precisar as especificidades do feminismo negro. Denuncia a violação colonial das mulheres negras pelos senhores brancos como o princípio do mito da democracia racial. Essa específica forma de opressão não se faz perceptível para o feminismo clássico, incapaz de compreender como a mesma impacta na identidade das mulheres negras. Com esse ponto de partida estabelecido em sua primeira página, o texto define a falta de correspondência entre o mito da mulher frágil, musa de poetas, e a experiência das negras, trabalhadoras desde sempre e com composição física distante dos padrões estéticos majoritários. Por isso, o feminismo negro deve se centrar em outros eixos de opressão, trazendo “o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (p. 315).

Em seguida vem a contribuição “*La conciencia de la mestiza*/rumo a uma nova consciência”. Escrito de forma simultânea em várias línguas, o texto, assim, quer fazer-nos entender a proposta da mestiçagem, explicando desde o início o motivo que conduz a mexicana Gloria Anzaldúa: “Porque eu, uma *mestiza*, saio de uma cultura para outra (...). *Estoy norteadada por todas las voces que me hablan simultáneamente*” (p. 323-324). Belamente, a autora destaca dificuldades da mestiçagem e apresenta propostas de ação. Dentre as primeiras, recorda que crenças arraigadas da cultura branca, da cultura mexicana e da indígena atacam-se mutuamente. Uma alternativa é ser tolerante e flexível às ambiguidades, dando origem a uma síntese maior que a soma das partes. Lançar um outro olhar às mulheres de pele escura e queers. Aos homossexuais. Permitir “que os/as brancos/as sejam nossos/as aliados/as” (p. 332). Enfim, diz ela, “nosso papel é o de conectar as pessoas entre si – os/as negros/as com os/as judeus/ias com os/as índios/as com os/as asiáticos/as com os/as brancos/as com os/as extraterrestres. Isso é transferir ideias e informação de uma cultura para outra” (p. 331).

“A categoria político-cultural da *Amefricanidade*”, de Lélia Gonzalez, apresenta uma análise dos tipos de racismo e seus efeitos. Em territórios que foram colônias de países de língua inglesa, alemã ou holandesa desenvolveu-se um racismo aberto ou segregacionista, não havendo alternativa senão a segregação para garantir a suposta superioridade do grupo branco. Já em países situados na América Latina impera o racismo por denegação, “forma mais eficaz de alienação dos discriminados” (p. 344), por meio do qual existe a crença de “democracia racial”. O Brasil, como sabemos, é um exemplo claro dessa última modalidade. Em seguida, a autora critica a predominância do reconhecimento das formas de resistência dos negros radicados nos Estados Unidos, os chamados afro-americanos, que termina por praticamente ignorar a existência da população negra em demais países do continente. Pergunta: “e nós, o que somos, asiáticos?” (p. 348). Por isso ela oferece a categoria da

amefricanidade para incorporar formas múltiplas de dinâmica cultural presentes na América como um todo, o que seria politicamente “muito mais democrático, culturalmente muito mais realista e logicamente muito mais coerente (p. 351).

Por fim, “Novas Interpelações” – última parte do livro – está composta por estudos mais recentes, inseridos nas perspectivas decolonial, queer e transgênero. Escrevem nesse espaço pessoas provenientes da Argentina, Estados Unidos, Espanha e Itália.

María Lugones pretende nos conduzir “Rumo a um feminismo decolonial”. Partindo da consideração de que o colonialismo é uma prática de desumanização, que utiliza dicotomias hierárquicas para classificar seres humanos – que, assim, deixariam de ser humanos para serem comparados a animais selvagens –, a autora argumenta que a lógica colonial organiza a opressão das mulheres “por meio da combinação de processos de racialização, colonização, exploração capitalista e imposição da heterossexualidade” (p. 363). Decolonizar os gêneros, fazer atuar um feminismo decolonial significa não apenas realizar uma crítica da opressão de gênero, mas permitir que ocorra resistência, dando suporte às mulheres. Desta forma, a autora chama a “opressão racializada, capitalista e de gênero de ‘colonialidade dos gêneros’” (idem); e de “feminismo decolonial” a possibilidade de superar essa colonialidade.

Em “O feminismo e a política dos comuns”, Silvia Federici julga que olhar a política dos comuns numa perspectiva feminista pode colaborar à compreensão das condições pelas quais o princípio dos bens comuns “pode se tornar a fundação de um programa anticapitalista” (p. 381). Essa empreitada é importante tendo em conta a existência de uma apropriação dessa causa por organismos internacionais, mas no sentido da privatização daquilo que é comum, como terra, ar, água, espaço digital, produtos coletivos da cultura, etc. Florestas tropicais, por exemplo, podem ser “privatizadas” quando o Banco Mundial expulsa os grupos autóctones criando reservas acessíveis somente a quem pode pagar por ecoturismo. O texto explora as possibilidades de criação de sociedades diferentes quando fundadas sobre o princípio dos comuns, começando pelos meios materiais de reprodução da vida, sem que isso signifique uma acomodação a uma perspectiva tradicional e essencialista de feminilidade.

O seguinte texto é “Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política”. Nele Teresa de Lauretis retorna ao livro para explicitar sua versão sobre a teoria queer, expressão inventada por ela em 1990, para uma conferência, com o propósito de “resistir à homogeneização cultural dos ‘estudos de gays e lésbicas’ (p. 398). Na ocasião ela acreditava que por meio da teoria queer fosse possível pensar melhor sobre os aspectos sexuais que envolvem aquelas populações, mas a compatibilidade que esperava dos debates sobre práticas políticas e teóricas não aconteceu. Como “os termos empregados (...) no ocidente para falar de identidades

sexuais não normativas (...) têm privilegiado gêneros, em detrimento das sexualidades” (p. 400), ela dedica o texto a discutir implicações de natureza psicanalítica para a compreensão de diferentes formas de comportamento sexual, problematizando a noção de sexo biológico.

O texto de Lauretis abre horizontes para os dois últimos artigos, de Paul B. Preciado: “O que é a contrassexualidade?” e “Multidões queer: notas para uma política dos anormais”. A localização de seus textos ao final parece amplificar o caráter contestatório do livro. Tal como o de Wittig, esses são textos-manifesto (e Preciado recupera Wittig, dedicando-lhe um dos escritos). A contrassexualidade, que critica o contrato heterocentrado pelo qual as diferenças de sexo e gênero se expressam em corpos como “verdades biológicas”, quer estabelecer um contrato contrassexual pelo qual os corpos reconheçam “em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas” (p. 411). Continuando na linha de crítica a identidades que ou se inscrevem num corpo aprisionado biologicamente, ou são dependentes da cultura de cada época, Preciado defende que “por oposição às políticas ‘feministas’ ou ‘homossexuais’, a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’” (p. 426-427). Nesse sentido, a noção de biopolítica é um ponto de partida, mas precisa ser superada.

Chegamos ao fim do livro. Frente a seu tamanho, esta resenha foi meramente descritiva dos objetos dos textos. Mas se a ideia da organizadora foi oferecer um panorama de diferentes elaborações, alcançou seu propósito. No livro sentimos a presença de vários pensamentos e propostas de atuação, sendo que em alguns textos encontramos críticas específicas a algum(as) linha(s) feminista(s). Vale esclarecer que, caracterizados pela ação, os movimentos feministas não podem ser identificados literalmente com teorias feministas específicas, embora movimentos e teorias se retroalimentem em seu questionamento da situação das mulheres em distintos contextos. Os movimentos lutam por políticas que permitam melhorar as condições das mulheres – também de outras “minorias”, ou “multidões” –; as teorias querem fornecer instrumentos para a compreensão dessas condições. Contudo, essa é uma diferenciação analítica; as mulheres vivem, narram, examinam e consubstanciam um empreendimento visando tornar visíveis a si mesmas e a outras que ainda não têm voz, inclusive pós-feministas.

Assim, com objetos e problematizações particulares, os vários textos da coletânea possuem muitas inflexões, tornando-se difícil estabelecer principais linhas de força. Todos são *fortes*, *forçando-nos* a refletir sobre as mais diversas teses. Mas

parece ser exatamente essa a pretensão de reunir tantas abordagens. Aliás, é possível perceber o quanto as autoras refletem sobre obras umas das outras. Estão aí citadas e discutidas, servindo de inspiração para novas ideias. Por exemplo, Haraway e Collins citam Lorde, Carneiro cita Collins, Butler cita Spivak, Lugones cita Lorde e Anzaldúa, Preciado cita Wittig e Lauretis, etc.

Para nós, leitoras e leitores, asseguro que o esforço de leitura e releitura vale muito a pena.

Referências

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 531p.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses; o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 288p.

Recebido em: 06 jan. 2020.

Aceito em: 03 mar. 2020.

Márcia Ondina Vieira Ferreira

Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca (Espanha), com pós-doutorado na FLACSO/Argentina, é professora do PPGE/UFPel, bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq) e coordenadora do Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente. Pesquisa e orienta trabalhos sobre as temáticas trabalho docente, relações de gênero e sindicalismo docente.

Contato: marciaondina@uol.com.br